



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2020
(Do Sr. Ivan Valente)

Requer ao Ministro de Estado da
Justiça e Segurança Pública
informações sobre a atuação da
Secretaria de Operações Integradas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao **Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública** pedido de informações, conforme segue:

- 1) A Secretaria de Operações Integradas monitora a atuação de movimentos sociais, associativos e sindicais; professores e demais servidores públicos; magistrados e membros do Ministério Público; e de parlamentares e demais lideranças partidárias e políticas?
- 2) Qual o procedimento e que autoridades podem determinar que a Secretaria de Operações Integradas inicie uma ação de monitoramento ou acompanhamento de pessoas e fatos?
- 3) Encaminhar cópia integral dos relatórios produzidos pela Secretaria de Operações Integradas, desde a sua criação, inclusive aqueles relacionados ao movimento dos policiais antifascistas, ao monitoramento de professores e o relatório sobre o assunto “Ações de Grupos Antifa e Policiais Antifascismo”, divulgado em matéria publicada pelo Portal de Notícias UOL¹.
- 4) Caso as informações solicitadas estejam classificadas como sigilosas, encaminhar o rol previsto no art. 30, inciso II da Lei de Acesso a

¹ <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm>

Informações, no qual elas estejam contidas para acompanhamento da sociedade sobre o prazo em que vigorará essa restrição de acesso.

JUSTIFICATIVA

De acordo com matéria publicada pelo Portal de Notícias UOL, a Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública está sendo utilizada para monitorar movimentos sociais, associativistas e sindicais; professores e servidores públicos².

Trata-se de informação extremamente grave, uma vez que o monitoramento político de movimentos sociais pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública é absolutamente incompatível com os princípios e fundamentos que regem a nossa democracia.

Nesse cenário, o Ministério da Justiça e Segurança Pública precisa apresentar imediatamente à sociedade informações sobre o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Operações Integradas e sobre o monitoramento político efetivado por este órgão.

A transformação do Ministério da Justiça e Segurança Pública num complexo aparato que serve a uma polícia política é inadmissível num Estado Democrático de Direito. A denúncia publicada no portal mencionado é extremamente grave e deve ser esclarecida, sob pena de colocar em suspeição a atuação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

São essas as razões que nos levam a formular o presente Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, 27 de julho de 2020.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP

² <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm>